

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

“Altera o inciso II do art. 32 da Lei Complementar nº 019, de 29 de dezembro de 2010, que regulamenta os artigos 34, 35, 36, 37, 38 e 39 da Lei Complementar nº 002 de 31 de outubro de 1995, que Institui o Código de Obras do Município, e da outras providências.”

JOÃO CARLOS VIEIRA, Prefeito Municipal em exercício de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica alterado o inciso II do art. 32 da Lei Complementar nº 019, de 29 de dezembro de 2010, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 32. (...)

II – aos munícipes que não adequarem as calçadas no período de até 2 (dois) anos a contar da vigência desta lei, serão notificados através de edital publicado na imprensa oficial do Município de Eldorado do Sul, para que no prazo máximo de 12 (doze) meses após a publicação atendam o disposto nesta legislação, após este período será aplicada multa de 1 (um) à 15 (quinze) UFM;”

Art. 2º As demais disposições constantes na Lei Complementar nº 019/10 permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 01 de novembro de 2012.

JOÃO CARLOS VIEIRA,
Prefeito Municipal em exercício.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sigrid Inês Guthmann Pesenatto
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei n. 140, de 01 de novembro de 2012, que: *“Altera o inciso II do art. 32 da Lei Complementar nº 019, de 29 de dezembro de 2010, que regulamenta os artigos 34, 35, 36, 37, 38 e 39 da Lei Complementar nº 002 de 31 de outubro de 1995, que Institui o Código de Obras do Município, e da outras providências.”*

O presente projeto de lei tem por finalidade adequar à realidade local do Município, visto que muitos bairros apresentam realidades distintas e os munícipes ainda carecem de informação sobre a aplicabilidade das regras impostas pela referida Lei.

Destaca-se que a Administração Municipal, além de publicar o edital de notificação, irá efetuar campanhas de divulgação da aludida norma.

Desta forma, encaminhamos a presente proposta a essa Casa Legislativa, visando que seja apreciada pelos Nobres Edis.

E, sendo o que apresentávamos para o momento, aproveitamos o ensejo para enviarmos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

JOÃO CARLOS VIEIRA,
Prefeito Municipal em exercício.